

**O GÊNERO DA MEMÓRIA:
LEMBRANÇAS DE OPERÁRIOS E LEMBRANÇAS DE OPERÁRIAS¹**

**Cecilia M. B. Sardenberg
NEIM/UFBA**

Quando se fala da história da industrialização no Brasil, pouca importância se dá ao fato de que os primeiros surtos mais expressivos desse processo tiveram, como palco, a Bahia. No entanto, em 1875, cerca de um terço das fábricas de tecidos então operantes no país estavam localizadas no Recôncavo Baiano, a maioria em Salvador e seus arredores (STEIN,1957). Nessas fábricas, empregava-se força de trabalho ‘livre’ composta, sobretudo, por mulheres e menores oriundos das camadas menos favorecidas, muitos tirados de orfanatos e alojados em dormitórios pertencentes à fábrica, onde, em troca de trabalho, recebiam casa, comida e ‘educação’.² Durante o último quarto do século, surgiram as vilas operárias de propriedade das fábricas e, assim, o sistema *fábrica com vila operária*, tão bem retratado por José Sérgio Leite Lopes (1988) no seu estudo sobre a fábrica dos Irmãos Lundgren em Paulista, Pernambuco.

À bem da verdade, o operariado baiano, como no resto do país nesse período, era ainda bastante reduzido. Embora as fábricas então existentes respondessem por perto de 35% da produção têxtil nacional, projetando a Bahia como província líder em bens manufaturados, o setor industrial era pouco expressivo na economia local (STEIN, 1957; AZEVEDO; LINS, 1969). Ademais, esse primeiro período de efervescência da industrialização na Bahia teve vida breve. Por volta de 1889, quando se deu a

¹ Trabalho elaborado originalmente em inglês, para apresentação ao 96th Annual Meetings da American Anthropological Association, Washington D.C., 21-25 de novembro de 1997. No registro dos depoimentos aqui discutidos, contei com a colaboração de Cleuze Carvalho, Samira Bevilaqua, Sayonara Castellucci, Ana Cristina Chaves e Maria Atília Fraga, minhas antigas alunas e bolsistas, a quem sou agradecida. Trechos deste trabalho compõem também o Projeto “O Gênero da Memória: Um estudo sobre a memória social do antigo operariado baiano”, que se encontra em andamento, contando com a colaboração dos alunos Alexandrina Célia Fontes, Nereida Mazza e Helyom Reis, bolsistas do PIBIC/NEIM/UFBA. Mas este trabalho é dedicado às minhas amigas do ‘Grupo de Idosas’ da Associação de Moradores de Plataforma-AMPLA, sem as quais nada disso teria sido possível.

² Este era o caso da Fábrica Todos os Santos localizada na cidade de Valença, fábrica esta visitada por D.Pedro II e considerada a principal do país durante o Império (OLIVEIRA, 1985).

Proclamação da República, o centro da produção têxtil no país já se deslocara para os estados do centro-sul, primeiro, Minas Gerais e depois Rio de Janeiro e São Paulo, onde iria desabrochar de forma acelerada (DEAN, 1969; CANO, 1977). Nesse período, novas fábricas foram fundadas em Salvador destacando-se, sobretudo, a Empório Industrial do Nordeste, de propriedade de Luis Tarquínio, conhecida nacionalmente pela vila operária ‘modelo’ que abrigava seus trabalhadores (SAMPAIO, 1975; BLAY, 1981). Entretanto, em 1907, a Bahia já figurava entre os estados de menor expressão no panorama nacional no que se referia à produção têxtil. Essa situação agravou-se depois de 1910, quando o ritmo em que novas fábricas eram estabelecidas no estado diminuiu consideravelmente, tornando-se ainda mais acentuada a partir de 1920. Nas décadas que se seguiram, a Bahia vivenciou um período de estagnação industrial - ou de “involução industrial” segundo Luis Henrique Dias Tavares (1965) – marcado, em particular, pela deteriorização e decadência das velhas fábricas de tecidos.

Foi somente na década de cinquenta, com a descoberta do petróleo na costa baiana e posterior criação da Petrobrás, que tal situação começou a se reverter. A descoberta de petróleo na região pavimentou o caminho para novos investimentos industriais e desenvolvimento regional, incorporando a Bahia aos novos padrões de acumulação capitalista como um dos espaços regionais por onde vem se alastrando o processo de internacionalização do capital (FARIA, 1980; OLIVEIRA, 1987). Entretanto, a revitalização da economia local não beneficiou a indústria têxtil tradicional; ao contrário, selou seu fenecimento. A crescente importância da economia baiana na divisão inter-regional do trabalho demandou a construção de novas estradas ligando a Bahia aos estados do sul do país. Isso facilitou consideravelmente a circulação, no mercado baiano, de mercadorias ali produzidas, intensificando uma competição bastante desvantajosa para a indústria têxtil local (OLIVEIRA, 1988). Trabalhando com máquinas mais antiquadas, produtos de qualidade inferior e sem grandes incentivos para modernizar as fábricas, a indústria têxtil baiana tradicional não conseguiu responder às demandas do mercado (FARIA, 1980). Ademais, com o desenvolvimento da indústria petroquímica na região, os interesses se voltaram para a produção de fibras e tecidos sintéticos, o que requeria nova tecnologia, novas máquinas e mão de obra especializada (FRANCO, 1983). Ao lado dos altos incentivos fiscais e moderna infraestrutura

oferecida à instalação de indústrias no Centro Industrial de Aratu, criado nos anos 1970, isso contribuiu para que se tornasse muito mais vantajoso para os industriais do ramo desativar as velhas fábricas de tecidos de algodão e investir na produção de sintéticos. Assim, a partir de fins da década de 1950, foram sendo silenciados os velhos fusos e teares (FRANCO, 1983).

Mas a desativação dessas fábricas não marcou apenas o fim de uma era na história da industrialização na Bahia; representou, também, o fim de um capítulo na história do operariado baiano. Despedida em massa, a grande maioria dos trabalhadores dessas fábricas - as mulheres, principalmente - não foi absorvida pela 'nova' indústria, deixando de participar na esfera da produção (GUIMARÃES; CASTRO, 1987; SARDENBERG, 1997a). Ademais, junto às velhas fábricas, foram-se também as antigas vilas operárias e, com elas, uma forma distinta de comunidade ou mesmo um modo de vida específico às classes trabalhadoras baianas desapareceu.

Nem tudo, porém, caiu no esquecimento. Ainda hoje, dentre os moradores dos bairros que abrigaram as velhas vilas operárias, encontram-se antigos operários e operárias da indústria têxtil tradicional, muitos deles ainda residindo em casas e lotes de propriedade das fábricas. Alguns nasceram e se criaram nas vilas, passaram a maior parte da sua vida produtiva nos fusos e teares, e participaram dos diferentes movimentos grevistas dos anos 1940 e 1950, preservando, na lembrança, toda essa história. Eles mantêm viva a memória social do antigo operariado baiano.

Meu objetivo neste trabalho é refletir sobre o caráter dessas memórias, a partir do registro e análise de depoimentos de antigos operários e operárias da Fábrica São Braz. Fundada em 1875 e situada em Plataforma, subúrbio de Salvador, essa fábrica manteve-se em funcionamento por quase um século, operando sob o sistema 'fábrica-vila operária' e, assim, sob a égide do 'paternalismo industrial' (LEITE LOPES, 1988; DEAN, 1969). Sucessivas gerações de seus trabalhadores viveram em casas e lotes de propriedade da companhia no bairro, onde muitos nasceram, casaram, criaram seus filhos, morreram e foram enterrados. No entanto, aqueles que sobreviveram ao fechamento da fábrica em 1959 e permaneceram na vizinhança testemunharam muitas mudanças. De subúrbio relativamente isolado e habitado sobretudo por famílias cujos membros trabalhavam na fábrica, Plataforma tornou-se bairro de periferia densamente

habitado e caracterizado, atualmente, por altas taxas de desemprego e subemprego, índices elevados de violência de toda sorte e marcante carência de bens de consumo coletivo (SARDENBERG, 1997a; SARDENBERG, 1996).

Na reconstrução da história do bairro, vali-me dos depoimentos de ex operários e operárias e antigos moradores. Pude assim constatar que, mesmo passadas mais de três décadas desde a desativação da fábrica e das mudanças ocorridas na vizinhança nesse período - e malgrado o 'esquecimento' conferido a esses trabalhadores na história social baiana - -na memória da comunidade, ainda se mantém bastante vivas as imagens do cotidiano da vida na fábrica e no espaço do bairro quando este ainda era uma vila operária. Tais imagens são comumente evocadas, não apenas quando os ex-trabalhadores e antigos moradores se referem ao passado, mas, no particular, quando o confrontam com a situação presente. Mais importante, elas são compartilhadas também por gente do bairro que jamais testemunhou esse passado, o que não se dá por acaso: através da sua associação de bairro, os moradores travam atualmente uma luta pela posse legal dos lotes em que se erguem suas casas, uma luta travada contra a Companhia Progresso & União Fabril da Bahia, proprietária da fábrica e de vastas extensões territoriais em Plataforma e seus arredores. Nessa luta, a memória social do antigo operariado, ao estabelecer a ponte entre passado e presente, torna o passado parte da história de todos - não só dos velhos, mas também dos novos moradores.

Todavia, como se verá adiante, essa memória não se revela uníssona e sim polifônica. Ela se mostra diferente para diferentes gerações de trabalhadores e, no particular, recortada em termos de gênero, refletindo a experiência operária distinta de homens e mulheres na fábrica, no espaço do bairro e, principalmente, nos movimentos grevistas, instância em que as mulheres tiveram apenas uma participação marginal. Assim, enquanto os homens guardam uma memória 'heróica' dessas lutas, a memória social das mulheres, nesse tocante, revela-se fragmentada, contraditória e, não raro, negativa ou mesmo 'anti-heróica.' Para elas, o que parece ter ficado registrado são imagens da violência perpetrada contra a comunidade durante as greves, principalmente, instâncias de vitimação de mulheres. Isso se coaduna às lembranças da vida na fábrica; as mulheres, muito mais do que os homens, têm vivos na memória detalhes de acidentes verificados no trabalho, das condições bastante insalubres sob as quais se viam obrigadas

a trabalhar e de atos despóticos por parte de supervisores contra os seus subordinados. Surpreendentemente, são, contudo, as mulheres que recordam, com maior nostalgia e saudades, não apenas a vida no bairro enquanto vila operária, como também seu trabalho na fábrica, idealizando esse passado operário como a melhor época de suas vidas.

Sobre a Memória Social do Operariado

Muito se escreveu sobre ‘memória’ em diferentes campos e áreas do saber. No entanto, coube à Maurice Halbwachs (1925, 1950), sociólogo francês seguidor do pensamento de Durkheim, refletir primeiro sobre o seu caráter social. Segundo argumentou Halbwachs, toda memória é estruturada em termos das identidades de grupos a que pertencemos. Assim, as lembranças que temos da infância se estruturam a partir do grupo familiar, da escola como membros do seu corpo estudantil, do trabalho como parte da comunidade ligada ao estabelecimento em que trabalhamos, da nossa vizinhança como parte da sua comunidade local e, assim por diante, o que implica dizer que nossas memórias são sempre parte daquelas de uma dada coletividade. Daí porque Halbwachs utilizou a expressão ‘memória coletiva’ para se referir a tal fenômeno.

Emprego aqui, ao invés, a expressão ‘memória social’, sugerida por James Fentress e Chris Wickham (1992), por concordar com a crítica que fazem à Halbwachs. Conforme apontam esses autores, no estilo da tradição Durkheimiana, Halbwachs enfatizou, demasiadamente, o peso da coletividade sobre o indivíduo, negligenciando “a questão de como a consciência individual se relaciona com aquelas das coletividades, constituídas, que são, por indivíduos” (1992:ix). Para Fentress e Wickham, isso concorreu para que se elaborasse um conceito de “consciência coletiva desconectado do próprio processo de pensamento do indivíduo” (*ibidem*). Argumentam esses autores que se em grande parte a memória expressa a consciência coletiva, ela não deixa de ter um aspecto subjetivo que não pode ser desprezado. O indivíduo, lembram eles, não é um autômato, “obedecendo passivamente a vontade coletiva interiorizada.”

Quando se fala de ‘memória social’, contudo, o que está em jogo são as memórias compartilhadas por um determinado grupo social - as memórias que esse grupo, seja ele estruturado ou informal, duradouro ou temporário, entende como relevantes preservar e que concorrem para a construção da sua imagem do mundo, da sua

identidade enquanto grupo (HOBSBAWN, 1972). E isso se faz na medida em que as memórias individuais são articuladas ('socializadas'), celebradas, e transmitidas através das gerações (THOMPSON, 1978). Dessa maneira, o que inicialmente era a memória das experiências de alguns torna-se parte do repertório de todos, mesmo daqueles que não testemunharam os eventos em questão (CONNERTON, 1989; TONKIN, 1991).

Mas é preciso ter claro que a memória social se descortina apenas como uma dada 'versão' do passado, versão essa que não tem, necessariamente, compromisso com a verdade dos fatos (TONKIN, 1991; HOBSBAWN; RANGER, 1983). Conforme apontam Fentress e Wickham (1992:xi), a memória social é seletiva - ou até mesmo "distorcida" - podendo incluir tanto eventos 'imaginários' quanto aqueles que 'realmente' aconteceram no passado. O que implica em dizer que como fonte de informações para a reconstrução do passado, a memória social não pode ser tomada acriticamente (HOBSBAWN, 1972; BEIDELMAN, 1970).

No particular, há de se observar que a memória social não se constitui como um objeto acabado ou fixo no tempo. As memórias são reconstruídas - e construídas - em termos do presente, dentro de circunstâncias e ideias atuais. Tanto em termos do indivíduo quanto de um grupo, lembrar não é reviver o passado; trata-se de um ato criativo, mais de construção do que 'reconstrução' do passado (BARTLETT, 1932; BOSI, 1987). Se de um lado, como no dizer de Ecléa Bosi (1987:27) "fica o que significa", de outro, os significados não são imutáveis. "Os significados são colocados em risco na ação", destaca Marshall Sahlins (1987:9). Estão, portanto, fadados a provar a sua relevância em circunstâncias distintas ou serem descartados por outros significados que se ajustem melhor ao presente.

Em contrapartida, a memória social atua, comumente, como um filtro para a interpretação de eventos, circunstâncias novas ou difusão de novas ideias dentre um determinado grupo, adequando-as - ou 'convencionalizando-as', como na expressão de W. H. R. Rivers (1914) - àquilo que é conhecido ou pré-estabelecido.³ Seja de uma forma ou de outra, portanto, a memória social, no seu processo criativo, articula presente e passado, referindo sempre um ao outro (HOBSBAWN, 1972; TONKIN, 1991). Como

³ A literatura antropológica inclui vários exemplos de como isso tem se processado em diferentes grupos. Para discussões mais atualizadas, veja-se SAHLINS (1987) e COMAROFF & COMAROFF (1992).

afirmam Fentress e Wickham (1992:4), “a memória representa o passado e o presente como conectados um ao outro e, assim, consistentes um com o outro.”

Essas considerações indicam que o estudo da memória social deve nos remeter tanto à investigação e análise da realidade presente do grupo em questão quanto a do seu passado. Mais precisamente, esse estudo não pode ser dissociado do ‘presente,’ do contexto social em que as memórias são mantidas vivas e reconstruídas.⁴ O estudo da memória social situa-se, portanto, numa área fronteira entre a etnografia e a história, sem cair, obrigatoriamente, na etnohistória (mas servindo-se dos seus métodos.) Paraphraseando a expressão de Jean Comaroff e John Comaroff (1992), estudar a memória social é fazer a ‘etnografia da imaginação histórica’, com todas as implicações de ordem teórico-metodológica que isso venha a acarretar.⁵

Dito isso, cumpre enfatizar que tudo quanto se afirmou até agora se refere à memória social em termos genéricos. Em termos empíricos, observa-se que a forma como o passado é lembrado, celebrado, e a memória social transmitida de geração para geração, varia amplamente. Isso acontece tanto em termos de uma sociedade para outra, quanto entre as diferentes classes sociais que as compõem, ou mesmo entre segmentos distintos ou grupos específicos dessas classes.

De fato, quando se considera a memória social do operariado, é necessário atentar para o fato de que grupos operários podem ser constituídos em bases distintas - ou seja, por área geográfica, setor ocupacional, local de trabalho ou de moradia, em termos de alianças políticas ou de crenças religiosas, ou mesmo de gênero, raça/etnia e geração e assim por diante - e que as memórias desses diferentes grupos tanto podem se entrelaçar quanto se mostrar bastante distintas (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Nesse sentido, cumpre ressaltar que, de um modo geral, a memória sindical tende a se mostrar universalizante, representando o passado como uma ‘história de lutas.’ Em contrapartida, quando o grupo considerado se constitui em termos de local de trabalho, as memórias são quase sempre particularizadas, centrando-se na história da

⁴ Uma tendência bastante generalizada da memória social, particularmente entre grupos que experimentaram muitas mudanças nas suas condições de vida, é a da representação de um ‘passado ‘ordenado’ face a aparente ‘desordenação’ do presente (ROSEBERRY 1987, WILLIAMS 1989). Mas a situação oposta não se constitui em exceção; veja-se, por exemplo, LINS DE BARROS (1981).

⁵ Refiro-me aqui tanto às discussões em torno dos méritos/problemas da história oral (cf. THOMPSON 1978, DEBERT 1986, FERREIRA 1980, entre outros), quanto àquelas referentes à etnografia (cf. CLIFFORD & MARCUS 1986, MARCUS & FISCHER 1986, COMAROFF & COMAROFF 1992, HASTRUP & HERVIK 1994).

fábrica ou mesmo na história de seus operários nela, representando os movimentos de classe como suas lutas contra o empregador (FENTRESS; WICKHAM, 1992:119-120).⁶ Diferenças podem também ser encontradas quanto à orientação das memórias, ou seja, se têm ou não um sentido linear. Estudando a memória social de padeiros em Paris, por exemplo, Isabelle Bertaux-Wiame e Daniel Bertaux (1980) observaram que suas memórias enfatizavam sobretudo os eventos cíclicos - apitos da fábrica, o dia de trabalho, etc... - não apresentando uma “consciência política linear” tal qual expressa pelas lideranças sindicais. Já em Chicago, nos Estados Unidos, observou-se que grande parte do operariado local não compartilha nem mesmo uma experiência coletiva de classe. Nas memórias dos operários investigados, as experiências tendem a ser individualizadas, de sorte que problemas de desemprego enfrentados, por exemplo, são comumente atribuídos à má sorte ou a incompetência pessoal, ao invés de serem entendidos como parte de uma experiência de classe, determinada por fatores externos (TERKEL, 1970; FRISCH, 1972).

Refletindo sobre esse fenômeno, Stanley Aronowitz (1992) propõe que, de um lado, a pluralidade étnica do operariado americano e, de outro, o progressivo desaparecimento das antigas comunidades de trabalhadores, contribuíram para a acentuação da fragmentação da experiência e, por conseguinte, das identidades de classe, dando margem à individualização das memórias. Seu argumento ganha força na medida em que, em situações de vilas operárias ou similares (‘company towns’, por exemplo), mesmo aquelas não mais associadas a fábricas, a noção de ‘experiência coletiva’ tende a ser preservada na memória social, tal como se observou nas ‘mining towns’ do Colorado (LONG, 1991).

Sem dúvida, vilas operárias revelam-se como instâncias privilegiadas para o estudo da memória social do operariado, vez que a confluência entre ‘local de moradia’ e ‘local de trabalho’ concorre para um maior convívio entre operários bem como entre estes e o resto da comunidade, propiciando assim um terreno fértil para a identificação dos interesses de um grupo com os do outro. Não ao acaso, é comum nessas instâncias a comunidade como um todo ter participação nas lutas dos operários, razão pela qual a

⁶ Exemplos desse fenômeno no Brasil, podem ser encontrados em MARONI (1982), PEREIRA (1979), LEITE LOPES (1988).

memória social local tende a relevá-las. Este é particularmente o caso das comunidades de trabalhadores em minas de carvão na Inglaterra, tidos como casos ‘clássicos’ na literatura sobre o tema, que preservam uma imagem ‘heróica’ do passado mesmo acarretando derrotas aos lado de vitórias (DEBOUZY, 1986).⁷

Todavia, deve-se estar alerta, pois isso nem sempre acontece. No caso de Plataforma, por exemplo, ainda que os homens falem dessas lutas nos seus depoimentos, elas não têm maior relevância na memória social do bairro. Conforme se poderá verificar no que segue, nem mesmo frente à situação atual de embate dos moradores contra a União Fabril, as lutas operárias contra essa mesma companhia no passado são celebradas. Entretanto, a antiga fábrica continua viva e presente na memória da gente de Plataforma.

Passado e Presente na Memória Social de Plataforma

É preciso esclarecer, porém, que quem visita Plataforma pela primeira vez e não conhece ou não se interessa pela sua história, dificilmente saberá que, até poucas décadas atrás, tratava-se de uma vila operária, onde funcionou uma das principais fábricas de tecidos baianas. Ocorre que, atualmente, o acesso principal à Plataforma se dá pela longa ladeira que, saindo da Avenida Suburbana, leva o visitante direto à Praça São Braz, assim denominada por erguer-se ali a Igreja de São Braz. Das escadarias dessa Igreja, avista-se o mar escondido por detrás das mangueiras e bananeiras que sombreiam os bequinhos cravados nas encostas que descem da Praça para a Bahia de Todos os Santos. Mas em nenhum lugar da Praça se tem hoje o menor indício dos contornos das instalações da velha fábrica.

Localizada ao sopé da montanha, à beira d’água, mas na direção oposta à ladeira que sobe da Avenida Suburbana, a fábrica está hoje escondida dos olhares dos visitantes. Adicionando-se a isso a ausência de qualquer sinal de atividade fabril - de chaminés

⁷ Uma memória semelhante, celebrada e reforçada através de rituais de ordem religiosa, é também expressa pelos mineiros bolivianos estudados por June NASH (1979/1993). Mas representações de um passado ‘heróico’, fazem parte também da memória social de antigas comunidades de operários têxteis. Isso se depreende dos depoimentos coletados por Joy PARR (1990) em Paris, cidadezinha da Província de Ontario no Canadá, onde grande parte da população feminina fora empregada nas indústrias Penmans Limited. O mesmo acontece em relação às antigas ‘company towns’ da indústria têxtil dos estados do Sul, nos Estados Unidos, estudadas por Jacqueline Dowd HALL et alii (1987). E, para não se ir muito longe: em Paulista, Pernambuco, localidade onde funcionaram por várias décadas as fábricas dos Irmãos Lundgren, José Sérgio LEITE LOPES (1988), observou que um passado ‘heróico’ de lutas é preservado na memória social da antiga vila operária.

esbaforindo fumaça para o alto e, particularmente, dos estridentes apitos que outrora soavam bem cedo pela manhã, chamando os operários para o trabalho e os devolviam a suas casas no final da tarde - nada dá mostras do passado do bairro para o novato na área.

Isso não ocorria até fins dos anos 60, antes da construção da Avenida Suburbana. Até então, o acesso ao bairro ainda se dava por trem ou de barco, que depositavam os visitantes nos portões da velha fábrica. Ainda hoje, aliás, pequenas barcas fazem o trajeto cruzando a Bahia, da Ribeira (em Itapagipe) até Plataforma, e o trem do subúrbio, embora bastante dilapidado, ainda costeia a Bahia de Todos os Santos, ligando o Subúrbio à Calçada.

Plataforma é a segunda parada no percurso do trem e, nesse trecho, a ferrovia corre em trilhos elevados, de sorte que o desembarque se faz num terraço. Dali, se tem uma vista esplêndida da Bahia de Todos os Santos - da paisagem 'cartão-postal' que se constitui num dos poucos luxos da vida em Plataforma. Entretanto, a vista de Plataforma, daquele ângulo, mostra-se igualmente deslumbrante. É que dominando toda a fachada do bairro, de ponta a ponta, ergue-se a Fábrica São Braz, suas paredes amareladas emolduradas por gigantes palmeiras pendurando-se sobre o mar. Tudo mais - a Igreja, a escola, os telhados das casas incrustadas na ladeira - aparecem apenas como pequenos pontos por detrás da velha São Braz. Não é por acaso que Dona Telma,⁸ uma antiga operária de mais de oitenta anos que pouco sai de Plataforma e quando o faz, serve-se do trem, ainda se refere à vida no bairro como vida nos 'quintais da fábrica'.

De fato, para quem chega à Plataforma de trem ou de barco, é quase impossível não perceber a imponente presença da fábrica à beira-mar. Tampouco pode-se ignorar as avenidas de casas de 'porta e janela', uma igual às outras, enfileiradas atrás da fábrica como em tantas outras vilas operárias. Ademais, caminhado dos portões da fábrica em direção à Praça, a presença da família Catharino, maior acionista da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia a qual pertence a Fábrica São Braz, ainda é marcante no bairro. A própria avenida que leva à praça traz o nome de Dona Úrsula Catharino, esposa de Bernardo Martins Catharino, diretor-presidente da União Fabril por quase duas

⁸ Todos os ex-operários e ex-operárias cujos depoimentos são incluídos neste trabalho, aparecem sob nomes fictícios para assegurar sua privacidade.

décadas, encontrando-se também nessa mesma avenida a Escola Dona Úrsula Catharino, outro importante marco dos Catharino na área.

Nesse tocante, convém lembrar que a Bahia foi um dos redutos mais expressivos e duradouros do ‘paternalismo industrial’, tendo sido em Salvador que Luís Tarquínio, um dos seus representantes mais notórios, estabeleceu sua vila operária ‘modelo’ (SAMPAIO, 1975; BLAY, 1985) e, acrescente-se, fez seguidores. Por certo, um deles foi Bernardo Martins Catharino, o ‘Comendador Catharino’ ou ‘Velho Catharino’, cuja memória merece atenção especial neste trabalho, por ser constantemente evocada pelos antigos moradores.

De fato, conforme argumentei em trabalho anterior (SARDENBERG, 1997 a), em Plataforma, a ‘teatralização’ da imagem do ‘patrão benevolente’ (LEITE LOPES, 1988) e patrono do bairro da qual se serviu amplamente Bernardo Martins Catharino, concorreu de tal sorte para a interiorização da dominação tanto por operários como pelos demais moradores do bairro que, até hoje, impregna a memória social da comunidade como um todo. Isso acontece tanto quando ex-operários e antigos moradores se embrenham pelas lembranças do passado - do seu próprio ou o de Plataforma - quanto ao falarem sobre a vida no bairro nos dias de hoje. Para muitos, aliás, a ‘era do Comendador Catharino’ foi a época de maior prosperidade no bairro, uma época em que *"Plataforma tinha valor"*. Como afirmou uma ex-operária: *"Naquele tempo a companhia tinha consideração pelos trabalhadores e pelo bairro"*. Além do mais, continuou ela, *"tinha trabalho prá todo mundo. A gente ia na fábrica, dava o nome e pronto. No outro dia tava trabalhando."*

Não é incomum também se ouvir comentários acerca de que, naquela época, Plataforma era uma ‘grande família’, que tinha o Comendador Catharino como ‘pai’. Relembrando a vida no bairro na sua juventude, por exemplo, Dona Delana exclamou:

Como era linda a fábrica! Foi o melhor tempo da nossa vida. Tão bom! Quem falar mal da companhia não tem coração. O Comendador era o pai de Plataforma e a fábrica nossa mãe. Se hoje eu tenho onde morar, devo a Deus e aos Catharino. Eu tenho saudade dele e da fábrica. Se os Catharino abrisse a fábrica, eu ia trabalhar lá. Eu tô velha prá trabalhar nas máquina, mas eu voltava prá lá nem que fosse prá lavar latrina.

Até mesmo muitos dos ex-operários, que hoje se revoltam contra a União Fabril, referem-se com respeito ao *Catharino Velho*, afirmando ser ele “um homem muito bom”, ou “um homem que gostava dos operários.” Nas palavras de Dona Josefa, que trabalhou vinte e quatro anos na fábrica: *"Ele tinha muita consideração. Quando a gente precisava de um adiantamento, ele nunca negava."*

Tal como Dona Josefa, entretanto, muitas também falam das mudanças que ocorreram nas relações entre a companhia e os trabalhadores após o falecimento do ‘Comendador’ e subsequente tomada da direção por seus descendentes, justificando assim a atual luta do bairro contra a União Fabril:

Quando ele tava vivo, tinha a farmácia, tinha a creche, tudo era muito bom. Mas depois que eles tomaram conta, acabou tudo. Acabaram com tudo quando ele morreu. Acabou a cooperativa, acabou adiantamento, acabou tudo que era bom" (Dona Zenaide).

O antigo dono da fábrica era um homem muito bom. Nas terça-feira, tinha cooperativa, tinha de tudo aqui. Mas daí ele morreu, veio os neto, veio os parente, e tudo se foi (Dona Josefa).

Se como afirma Leite Lopes (1988:32), "o vigor de uma forma de dominação pode ser vislumbrada pelo grau que é interiorizada pelo grupo dominado," então o discurso dos antigos operários da Fábrica São Braz não deixa dúvidas da força do paternalismo como uma forma de dominação. Entretanto, há que se ressaltar, é sobretudo face a situação atual de altos índices de desemprego entre os moradores e, em especial, frente a luta hoje travada contra a União Fabril pela posse legal dos lotes e casas em que residem - ou seja, frente a uma situação de ‘desordem’ - que na memória social do bairro, a era do Comendador Catharino é construída como um período de plenitude e solidariedade. Em outras palavras, é em termos de um presente de lutas, que o passado é idealizado como um tempo de bonança ou mesmo ‘idílico’, lembrado sempre com nostalgia.⁹

⁹ Para maiores reflexões sobre idealizações de um passado idílico frente a uma situação de aparente ‘desordem’, vejam-se WILLIAMS (1973), ROSEBERRY (1991) e DIAS DUARTE (1987).

A Fábrica: uma identidade perdida

Atualmente, sob o pontilhão por onde corre a ferrovia, há uma fileira de ‘banquinhas’, onde se vende pão e café, consertam-se guarda-chuvas, e faz-se uma ‘fezinha no Bicho’. Elas ficam adjacentes aos portões da São Braz, sendo passagem obrigatória para quem chega à Plataforma por trem ou de barco. Foi ali que encontrei Seu Luiz, um antigo contramestre da Fábrica São Braz e hoje dono da barraca do pão. Entre o barulho ensurdecedor da passagem de um trem e outro, Seu Luiz foi me falando do seu trabalho na antiga fábrica e da vida no bairro em décadas passadas, quando a São Braz ainda lançava fumaça para o alto. Debruçando-se sobre o balcão, com a cabeça para fora e agitando os braços de lado a lado, ele me confidenciou:

A senhora tá vendo tudo isto, a senhora está vendo onde está pisando ? Bem, isso aqui era o coração de Plataforma. Não havia quase nada depois da Igreja, era tudo mato, tudo mato lá prá Suburbana, não tinha nada lá, não senhora. Tudo era aqui, perto da fábrica.

A senhora tá vendo aquele sobrado da esquina? Ali tinha um armazém, o armazém dos espanhóis...Ali vendia arroz, feijão, essas coisas antes dos Catharino abrir a cooperativa da fábrica. Tudo aqui vinha de canoa. Até o algodão prá fábrica, os material da fábrica, vinha tudo de barco, no barco da companhia.

Aqui onde a gente tá, tinha a feira. As verdura, as fruta, chegava de barco, nos balaio, e armava a feira, bem aqui.

Seu Luiz garantiu que até 1962, época em que abriu sua banquinha no mesmo lugar onde ela se ergue hoje, esse local ainda era o ‘coração de Plataforma’, o centro da ‘vida econômica’ do bairro. Entretanto, lembrou ele, ‘não era mais a mesma coisa’, vez que a fábrica já deixara de operar:

Quando a fábrica tava funcionando, esse lugar aqui vivia cheio. A gente via os operário descendo a ladeira, era mais de mil. Tocava o apito e lá vinha o povo. Vinha muitos correndo prá não perder o xereta, o terceiro apito. Tocava três apito prá chamar os operário, quando tocava o xereta fechava os portão; quem chegava atrasado não entrava mais. De manhã, na hora do almoço e de tarde, quando os operário saía, isso aqui ficava cheio, parecia um formigueiro de gente. Isso aqui era o coração de Plataforma.

Como se verifica nas lembranças de Seu Luiz, na memória social do bairro, a fábrica figura como símbolo principal da ‘bonança e prosperidade’ do passado. Mais importante, a fábrica é emblemática de uma identidade perdida, mas que continua viva

nas lembranças de antigos moradores. Basta perguntar a qualquer um deles o que sabe sobre a história do bairro, e a resposta, “*aqui antes tinha uma fábrica...*”, confirmará tal afirmativa. Ademais, quando falam da época em que a fábrica estava em funcionamento, período que antecede a construção da Avenida Suburbana e o crescimento da população residente, os antigos moradores enfatizam, com saudades, o sentimento de ‘comunidade’ que afirmam imperava então na vizinhança. Nessas lembranças, aliás, permeia a noção de que até meados da década de 1960, Plataforma ainda uma comunidade bastante pequena, constituída quase que tão somente por famílias de há muito estabelecidas no bairro e cujos membros trabalhavam na Fábrica São Braz. As suas falas são comumente coroadas por frases tais como: “*todo mundo aqui se conhecia*”, “*todo mundo trabalhava na fábrica*”, ou “*todo mundo aqui era filho de Plataforma,*” que expressam um sentimento de tristeza, de nostalgia pela identidade perdida. Conforme se depreende das palavras de Dona Lúcia e Dona Adelaide, duas ex-operárias:

*Naqueles tempo, todo mundo era antigo aqui. Era como se todo mundo fosse parente. Havia muita solidariedade aqui, os moradores era muito unido. Quando alguém tinha menino, todo mundo vinha ajudar, todo mundo se ajudava nas fonte, todo mundo era pobre, **quase todo mundo trabalhava na fábrica.** Agora ? Agora não, tem muita gente nova aqui, gente que quer ser melhor que os outro. Não tem mais solidariedade não; se pudé, os vizinho rouba você (Dona Lúcia).*

*Plataforma não é mais o que era naquele tempo não, quando o povo tinha consideração com os outro. Antes, era bem melhor. Tinha aquela amizade que você podia contar, podia contar com os vizinho. **Todo mundo aqui trabalhava na fábrica,** gente mais antiga que trabalhou lá do começo até o fim. Eu adoro Plataforma, sou filha de Plataforma, mas aqui mudou muito com a chegada de gente nova. É gente diferente, outra geração, não como a gente que morava aqui antes, gente nascida e criada aqui, filho de Plataforma (Dona Adelaide).*

Semelhantes depoimentos foram registrados por Samira Bevilaqua (1992:65) em estudo realizado entre outro grupo de ex-operárias do bairro, encontrando-se, dentre eles, o de ‘Dona Emília’, que assim se expressou:

Quase todo mundo aqui trabalhava na fábrica. Quando a fábrica fechou, muita gente ficou sem trabalhar. O bairro mudou muito depois que a fábrica fechou. A gente não conhece mais as pessoas como antes, de primeiro todo mundo era amigo hoje não.

Na verdade, quando se pergunta à gente antiga do bairro do que mais sentem saudades ‘daquela época’, geralmente se tem como resposta: “da fábrica”. Neste tocante, o depoimento de Dona Telma, registrado também por Bevilaqua (1992:62), expressa de forma poética o sentimento de muitos:

Eu queria mesmo é acordar com o apito, ficar no portão e vê aquela multidão de gente ir prá fábrica, e lembrar de quase toda minha vida.

Essa ‘identidade perdida’ revela-se também quando ex-operários e ex-operárias falam com orgulho do seu trabalho na fábrica, oferecendo às vezes pormenores do quanto produziam e de suas habilidades no manejo do maquinário:

Eu ganhava bem aqui. Quando saía o pagamento, todo mundo ficava sabendo quanto eu ganhava, a fábrica toda sabia. Eu ganhava mais que os contramestre, mais que o pessoal do escritório, eu era bom mesmo. A gente ganhava por produção e eu produzia muito, mais que os outro (Seu José).

Na fábrica eu fui fiandeira. Só não trabalhei na tecelagem. Trabalhava só no esbarro, quando o fiandeiro bate, que esbarra que quebra, aí eu ia consertar. Trabalhei na engomadeira, trabalhei no banco grosso, no banco fino, de fábrica eu conheço tudo ! Se eu tivesse tempo, eu voltava prá ali. Eu conheço tudo, eu fazia algodão grosso, eu fazia tudo isso. Eu sei operar aquelas máquinas todas, eu opero (Dona Linda).

O mesmo orgulho do trabalho realizado se revela nas falas de Dona Carlinda e de Dona Delana, ao enfatizarem a tenra idade em que começaram a trabalhar:

Minha mãe trabalhava na fábrica e ela perguntou se eu também podia trabalhar. Eu só tinha dez anos, mas disse prá eles que era mais velha. Mas eu era tão pequena, que eles tiveram que me dá um banquinho prá eu alcançar. Mesmo assim pequena, eu fazia tudo direitinho, direitinho mesmo (Dona Carlinda).

Eu comecei a trabalhar na fábrica quando eu tinha dez anos. Eu era bem pequena, tinha que subir no banquinho, era um caixotinho, prá poder trabalhá. Eu trabalhei lá mais de vinte e quatro anos, eu gostava muito, trabalhava bem (Dona Delana).

A Fábrica: uma memória doída

Ao lado dessas lembranças, contudo, convive também uma memória ‘doída’ da fábrica - a memória do rígido regime de trabalho, do barulho ensurdecedor das máquinas, da poeira, dos acidentes, da vida difícil enfrentada no dia a dia da fábrica. Assim, ao mesmo tempo em que os apitos marcam recordações de uma época passada da qual se tem saudades, aparecem também nas lembranças como símbolo da disciplina rígida imposta pelo trabalho fabril:

Quando o primeiro apito tocava, ele dava o sinal. Tocou, você tem que fazer tudo e sair porque quando tocava o ‘xereta’, fechava o portão. Quantas vezes eu corri, chegava no portão: “Deixa eu entrar, pelo amor de Deus, deixa eu entrar.” E diziam: “Não pode, não pode, olha o Gerente aí.” Então eu: “Deixa eu ganhar meu ganha pão”, e nada (Dona Adélia).

Não são poucas também as lembranças das condições insalubres enfrentadas no cotidiano do trabalho na fábrica, sobretudo do ruído repetitivo das máquinas, da poeira levantada pelo algodão e do calor insuportável sob o qual os operários se viam obrigados a trabalhar:

Ai, o ruído das máquinas, o ‘tic-tac’ das máquinas o dia todo ! Eu não desejo a você nunca o trabalho de fábrica. A gente adoce da garganta com a poeira, por causa do pó. E da alimentação que não dava prá você se alimentar por causa das noites que você perdia. Eu tenho uma amiga que ela hoje é doente da cabeça, nervosa. Eu mesma, você não sabe porque eu me controlo, eu mesma sou super nervosa (Dona Linda).

As condições de trabalho? Ruim mesmo. Muito barulho. Problemas de saúde enormes. Perigo mesmo, aquelas lançadeiras quando dão defeito bate, uma perigo para as vistas. Muita quentura, não pode ter vento, tinha telha de vidro. O sol entrava assim. Uma coisa prá clarear. Quem trabalhava perto do motor sentia mais calor ainda (Dona Adélia).

Ninguém esquece também os muitos acidentes testemunhados e sofridos no ambiente do trabalho. Eles são parte integrante da memória desses ex-operários, sendo invariavelmente mencionados quando a questão das ‘condições de trabalho’ na fábrica é cogitada:

Eu vi um acidente muito perigoso. Uma amiga minha foi abaixar a cabeça e a correia pegou no cabelo dela e tirou tudo, até o couro cabeludo, ela não morreu porque Deus existe. Foi um “pára, pára”. A Fábrica toda parou neste dia (Dona Josefa).

Tinha muitas pessoas mesmo que sofria acidente. Umas morriam de câncer porque (a lançadeira) batia no seio, na barriga, era uma peça que tinha que batia. Daí, não ligava, quando pensava que não, tava doente, era das pancada. Era o negócio que tinha de pegar pano, era o rolo, tinha esse aparelho que sempre que soltava assim ia bem distante, pegava nas mulheres, muitas pessoas inutilizadas por causa disso, tinha mesmo. Eu via muita gente inutilizada, dizia assim: “Era por causa da fábrica que trabalhou, bateu no peito, bateu nas costas,” muita gente aí se aposentou assim (Dona Adélia).

Havia muito acidente, mas era abafado. Dedo mutilado, lançadeira tomou um, a lançadeira batendo, mas ele abafavam na hora prá ninguém saber. Eu queimava os dedos tudo, no barrar da máquina, eu queimava os dedo tudo, mas é que eu acostumava porque fazia bolha hoje, amanhã tinha que trabalhar mesmo. E aqui ficava grosso (mostrando a mão), até hoje eu sinto isso aqui, porque era muito calo, a mão da gente ficava parecendo mão de bicho (Dona Linda).

Vale ressaltar que, nesse ponto, a memória social desse operariado não peca por exageros. A análise das fichas de operários existentes nos arquivos da União Fabril constata muitos registros de acidentes graves, de licenças por motivo de saúde e de mortes prematuras dentre os empregados da fábrica, principalmente daqueles que trabalhavam nos setores da tecelagem (SARDENBERG, 1997 a). Juntando-se a isso as longas horas de trabalho semanais e os salários relativamente baixos que recebiam em troca, é fácil compreender porque a participação dos operários da Fábrica São Braz em movimentos grevistas na Bahia, tem uma longa história.

Movimentos Grevistas na Bahia: Alguns Fatos

Por certo, uma discussão mais aprofundada desses movimentos escapa dos limites deste trabalho. No entanto, é importante delinear seus contornos mais amplos, apontando os momentos de maior destaque, sobretudo porque, neste tocante, a memória dos ex-operários entrevistados mostra-se bastante fragmentada e, em certos aspectos, até mesmo ausente. Por exemplo, em Plataforma, nem mesmo as gerações mais velhas preservam na memória, o registro dos grandes movimentos grevistas que sacudiram Salvador nas duas primeiras décadas deste século.

Sabe-se que grande parte desses movimentos foi liderada por ferroviários; mas operários da indústria têxtil não ficavam muito atrás. Já no século passado, mais

precisamente em setembro de 1895, cinco das fábricas então pertencentes à União Fabril (Queimado, São Carlos, Modelo, São Salvador e Nossa Senhora de Penha) foram paralisadas por três dias em decorrência da greve decretada pelos operários em protesto ao sistema de pagamento por peças (**Jornal de Notícias** in Fontes 1982:253). Em 1907, outra greve de grandes proporções - dessa vez por aumento de salários - paralisou as linhas de produção em quase todas as fábricas têxteis da cidade (**Diário de Notícias** in Fontes 1982:254).¹⁰

Mas foi, sobretudo, no período imediatamente depois da Primeira Grande Guerra, ou seja, entre 1918 e 1920, que movimentos grevistas atingiram o seu primeiro grande ápice na Bahia e, acrescente-se, não sem razão. De fato, durante a guerra a economia brasileira experimentou um notável crescimento da produção, sustentado através da intensificação da jornada de trabalho.¹¹ Ao mesmo tempo, o custo de vida subiu rapidamente, principalmente nas cidades, enquanto os salários eram comprimidos (FAUSTO, 1986). Em consequência, por volta de 1919, as demandas operárias haviam escalado significativamente.¹² Assim, em junho de 1919, depois de uma série de greves parciais, decretou-se uma greve geral em Salvador que paralisou a cidade por mais de uma semana (FONTES, 1982).

Dessa greve, participaram os trabalhadores da indústria têxtil, comandados tanto pela *União Geral dos Tecelões da Bahia* quanto pela *União Baiana dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Brasil*, suas associações de classe. Como as demais categorias que aderiram a greve geral, demandavam eles o conhecimento dos seus sindicatos e a redução da jornada de trabalho para oito horas. Como resposta a essas demandas, entretanto, os patrões trouxeram a polícia para as portas das fábricas, que se encarregou de espancar violentamente os piqueteiros. Além disso, os patrões tentaram desmobilizar os trabalhadores demitindo os líderes do movimento. Assim mesmo, os operários continuaram firmes em suas demandas, conseguindo selar um acordo entre as

¹⁰ Essa greve foi iniciada em 14/09/1907 na Fábrica da Boa Viagem, de propriedade da Cia. Empório Industrial do Norte, fundada por Luís Tarquínio. , onde os trabalhadores demandavam pagamento com base na metragem de tecidos produzidas, aumento na diária dos *jornaleiros*, e extinção do sistema de multas. Três dias depois (17/09), a greve já havia atingido duas outras fábricas, a São Braz inclusive. A greve foi encerrada em 24/09, sob a promessa de que as demandas seriam atendidas (FONTES 1982:79-80).

¹¹ Em 1915, por exemplo, operários da Fábrica da Boa Viagem decretaram uma greve em protesto ao ritmo de trabalho que lhes era imposto (FONTES 1982).

¹² Sabe-se que, em janeiro de 1919, os operários da Boa Viagem decretaram uma greve, posteriormente aderida pelos operários da Fábrica São Braz (FONTES 1982).

partes. Mas, dois meses depois (em agosto de 1919), o não atendimento das demandas provocou a decretação de uma nova greve na Fábrica Conceição (pertencente à União Fabril) e, em tempo, a adesão dos trabalhadores das demais fábricas de tecidos da cidade, dentre elas, da Fábrica São Braz. Dessa vez, além das demandas anteriores de reconhecimento dos seus sindicatos como seus legítimos representantes e pela jornada de oito horas, os operários têxteis reclamavam a readmissão dos seus líderes (**A Tarde** in FONTES 1982:261).

Suas demandas foram parcialmente atendidas: os sindicatos foram oficialmente reconhecidos, mas as companhias não cederam no tocante à readmissão das lideranças. Isso resultou na deflagração de uma nova greve, em janeiro de 1921, envolvendo trabalhadores das diferentes fábricas de tecidos da cidade, principalmente aquelas de propriedade da Companhia Progresso Industrial, dentre as quais se incluía a Fábrica São Braz. Mais uma vez, os operários demandavam a readmissão dos seus colegas, além da extinção do sistema de multas, um devorador dos salários de muitas gerações de operários têxteis até então.¹³ No entanto, a Progresso Industrial não só recusou-se a atender a essas demandas, como optou por reprimir severamente o movimento paredista, apoiando-se na violência policial para quebrar os piquetes e prender os ‘perturbadores da ordem’. Ademais, além de exigirem a deportação para o sul das lideranças como ‘agitadores’, compilaram ‘listas negras’ circuladas entre a administração das diferentes fábricas, como garantia de que eles jamais fossem contratados por qualquer uma delas.¹⁴

Com a prisão e deportação dessas lideranças, os movimentos grevistas diminuíram na cidade.¹⁵ No entanto, a crise de 1929 e a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, iriam reacender as lutas dos trabalhadores por todo o país (SILVA, 1990). Não foi por menos que dentre as principais primeiras medidas por parte do novo governo, incluiu-se a criação do Ministério do Trabalho (Decreto Lei no. 19.770 de 19/03/1931), regulamentando a sindicalização tanto das classes patronais quanto trabalhadoras. Entretanto, sabe-se que embora reconhecendo a legitimidade das

¹³ Sobre os sistemas de multas então impostos aos trabalhadores têxteis, veja-se GOES (1988).

¹⁴ Sobre a circulação desse tipo de listas nos estados do sul do país, vejam-se DEAN (1969), GOMES (1979) e LEME (1976).

¹⁵ Segundo FONTES (1982), apenas uma greve de pequenas proporções, deflagrada por operários da Fábrica Conceição in 1926, é digna de nota nesse período. O mesmo não aconteceria nos estados do sul; veja-se, por exemplo, SILVA (1990).

organizações sindicais, Vargas colocou-as sob a tutela e controle do Estado, proibindo a formação (e sobrevivência) de sindicatos independentes. Além disso, ele manteve a política de deportação dos 'agitadores estrangeiros,' estabelecida por seus predecessores.¹⁶

Mas essas políticas, ainda que se constituindo-se como desarticuladoras das organizações sindicais mais progressistas, promoveram a organização de categorias ainda não sindicalizadas, bem como a legitimação de sindicatos antes fortemente reprimidos, como no caso dos sindicatos baianos ou do Nordeste como um todo (Leite Lopes, 1988, p.209). Ademais, em Junho de 1932, em meio a uma onda de manifestações grevistas eclodindo em São Paulo, Vargas promulgou através de decreto a regulamentação do trabalho feminino, instituindo a jornada de oito horas, há muito demandada pelos trabalhadores. E, finalmente, com a decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Vargas logrou cooptar o apoio de trabalhadores e das massas em geral, conquistando, dentre as camadas menos favorecidas, a denominação de 'pai dos pobres'.

Não de se esquecer, porém, que o Estado Novo de Vargas representou um dos períodos mais autoritários e repressivos na história do país, período este no qual as manifestações grevistas foram sufocadas. Foi somente com o a crise de hegemonia que se desenvolveu durante os anos da Segunda Guerra Mundial e que culminou com a saída de Vargas e subsequente eleição do Marechal Dutra, que se abriu um espaço para a retomada dos movimentos de trabalhadores e, em especial, dos operários têxteis.

Isso não se deu por acaso. De fato, durante o período da guerra, a indústria têxtil nacional vivenciou um verdadeiro momento de 'euforia', impulsionado pela demanda do mercado internacional, incluindo-se aí contratos para suprir tanto a UNRRA quanto o *Français d'Approvisionnement* com a produção de mais de 150,000 jardas de tecidos (STEIN, 1957, p.165). Para dar conta desta demanda, intensificou-se o trabalho nas fábricas, muitas delas trabalhando de sol a sol. Além disso, para garantir a disponibilidade de mão de obra, os empresários pressionaram pela aprovação de medidas que proibiam a saída de operários de uma fábrica e contratação em outra que lhes

¹⁶ Essa política se dirigia particularmente a anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas (FAUSTO 1977, DULLES 1977).

pagasse melhores salários, sem a devida autorização (STEIN, 1957, p.177). Tais medidas levaram a eclosão de uma onda de protestos com o fim da guerra. Assim, em 1946, nada menos que 75 greves foram deflagradas em São Paulo, 60 delas nos dois primeiros meses do ano. Em 1947, eclodiram 18 greves de maior porte e, em 1948, 25, muitas delas envolvendo trabalhadores têxteis (PAOLI, 1987, p.90).

Sem dúvida, a Bahia também vivenciaria um período de efervescência entre as classes trabalhadoras, marcado, inicialmente, por tentativas de articulação entre diferentes sindicatos, tanto por parte dos integralistas quanto comunistas. Assim, em abril de 1945, sob a liderança destes últimos, surge o Movimento Unificado dos Trabalhadores-MUT, cujo principal objetivo era o de combater a disseminação do Movimento Popular Integralista. Neste tocante, é digna de nota a realização da ‘Semana dos Trabalhadores Contra o Integralismo’, organizada pelo MUT em junho de 1945, durante a qual foram realizados vários encontros e comícios em Plataforma (**O Momento** in VAZQUEZ 1988). Há de se registrar, também, a realização do II e do III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizados em Salvador em maio de 1945 e maio de 1946, respectivamente, com o propósito de formular programas conjuntos em defesa dos trabalhadores. Em ambos congressos, os delegados aprovaram moções em favor da autonomia sindical, exigindo o fim da tutela estatal (VAZQUEZ, 1988).

Não menos importantes, porém, foram os movimentos grevistas, a começar pela greve deflagrada já em agosto de 1945, pela *União Bahiana de Trabalhadores nas Fábricas de Tecidos*, que contou com a paralisação da Fábrica São Braz. Em janeiro de 1946, seria a vez da *União de Tecelões da Bahia* liderar uma greve pelo pagamento do bonus de Natal, que envolveu mais de 6,000 tecelões em Salvador e, dentre eles, trabalhadores da Fábrica São Braz. Em março do mesmo ano (1946), 10,000 tecelões seriam novamente mobilizados em torno do dissídio coletivo, através do qual demandavam um aumento de 100% das tarifas básicas pagas por produção (**O Momento** in VAZQUEZ, 1988). Não foram poucas também as greves envolvendo trabalhadores da indústria têxtil baiana em 1947 e 1948, algumas paralisando todas as fábricas de Salvador.

A intensificação dos movimentos grevistas por todo o país levaria novamente a

adoção de medidas repressivas por parte do Governo Dutra. De fato, por volta de 1949, vários sindicatos estariam sob intervenção federal, suas lideranças presas e o Partido Comunista, tachado de grande agitador da ‘desordem’, seria decretado ilegal e seus membros e simpatizantes perseguidos. Mas isso não impediu que, durante a década de 1950, as classes trabalhadoras continuassem mobilizadas.

Memórias Perdidas e Memórias de Gênero

Dentre os antigos operários e operárias de Plataforma incluídos no estudo aqui discutido estão alguns que já trabalhavam na fábrica à época das grandes manifestações grevistas eclodidas em Salvador depois da Primeira Guerra, além de vários outros cujos pais, também operários da São Braz, por certo participaram desses movimentos.

Ciente desses fatos, eu esperava obter se não depoimentos de primeira mão de como Plataforma vivenciou aquele período, ao menos lembranças de relatos ouvidos de seus pais. Interessava-me conhecer a memória que tinham sobre esse período não apenas pelo fato do muito pouco que se registrou sobre ele, mas, principalmente, pelo fato de que não se tem notícia na literatura disponível sobre a participação das mulheres nessas lutas. Aliás, essa literatura se mostra ausente no que diz respeito às mulheres, o que me parecia estranho vez que as mulheres representavam a grande maioria dos trabalhadores na indústria têxtil por todo esse período.

Para minha surpresa, entretanto, apesar de repetidas tentativas de minha parte, nenhum dos entrevistados guardava qualquer lembrança ou mostrou interesse em discutir as lutas das gerações de operários que os precederam. Essas lutas fazem parte das memórias perdidas de Plataforma. Conforme observam James Fentress e Chris Wickham,

“Os riscos são altos na sociedade industrial: quando uma cultura dominante perde sua hegemonia numa comunidade de trabalhadores (como, por exemplo, entre os mineiros da região sul do País de Gales), eles tipicamente se tornarão altamente radicalizados e difíceis de serem controlados; conversamente, quando esta sociedade é efetivamente controlada por influências culturais externas, sentimentos de pertencimento locais, memórias locais ou mesmo o próprio conceito de identidade de classe podem deixar de existir. Alguns grupos de trabalhadores são mais capazes que outros de resistir ao discurso histórico das elites dominantes; e elementos diferentes do discurso hegemônico afetam grupos distintos de maneira diferente “(1992:125, minha tradução).

No caso de Plataforma, esse controle se deu através da dominação paternalista: é, pois, através das lentes do paternalismo que os antigos operários referem-se às conquistas obtidas primeiras três décadas deste século. Mais especificamente, eles entendem essas conquistas, não como resultado das suas lutas, mas como concessões resultantes da benevolência do Comendador Catharino ou, mais comumente, de Getúlio Vargas. Talvez resida aí a razão pela qual essas lutas terem se apagado de suas memórias.

Fato é que, para esses trabalhadores, como observado também por Eclea Bosi, a legislação trabalhista promulgada por Getúlio Vargas na década de trinta, foi "a grande enxurrada histórica do século no Brasil" (FENTRESS;WICKHAM, 1992, p.124). Até mesmo Seu Luiz, um antigo contramestre de 79 anos que atuou na União dos Tecelões, acredita firmemente que foi Getúlio Vargas quem 'deu' aos trabalhadores seus direitos. Nas suas palavras:

Quando Getúlio Vargas deu aquele golpe de 30, ele correu o mundo, os países para ver o que é que tinha de bom prá trazer para o Brasil. Porque nós remunerados não tinha férias, não tinha descanso, não tinha nada, era por produção: ganhou, recebeu, trabalhou, recebeu. Botava prá fora, não tinha direito, não tinha lei, nada. Getúlio Vargas foi quem botou essas lei. Botou 13^o, botou férias, formou sindicato. (...) Não tinha aposentadoria, não tinha nada. Getúlio Vargas quando chegou fez a empresa que tivesse mais de 100 operários, principalmente mulheres, tinha que fazer a creche. Aí, dava onze e meia, largavam para descançar na creche, para poder amamentar os meninos, para eles não amamentar aquele leite quente que vem do trabalho. Getúlio Vargas exigiu de todas as empresas. As eleições antigamente era assim: quando acabava se sabia prá quem votou. Getúlio Vargas foi quem colocou o voto secreto.

Na verdade, referências a Getúlio Vargas aparecem com frequência no discurso dos ex-operários e ex-operárias entrevistadas, muitas vezes identificando-o como 'o pai dos pobres'. Assim é que Dona Linda, uma antiga fiandeira que era ainda menina em 1954 quando Getúlio suicidou-se, lembra-se que por muitos dias, depois da sua morte,

As pessoas vinham trabalhar chorando. Eu me lembro de uma mulher chorando assim: Ai, Meu Deus, o pai dos pobres morreu, o pai dos pobres morreu ! Eu não entendia muito naqueles tempo, eu era menina, e já trabalhava, eu nem tinha peitinho naquela época, mas eu me lembro de tudo isso, lembro sim.

Note-se que muitas vezes, a referência a Getúlio Vargas é acompanhada por referências ao Comendador Catharino, uma reforçando as outras. Por exemplo, quando perguntada sobre a natureza das relações existentes entre patrões e empregados na Fábrica São Braz, Dona Carlinda, outra fiandeira, fez a seguinte associação entre os dois:

O Velho Catharino era uma homem bom. Ele era como Getúlio, ele era bom para os trabalhadores. Você se lembra de Getúlio? Ele era um bom homem, ele fez de tudo pelos trabalhadores. Onde é que a gente estaria sem ele? Ai, quando ele morreu eu chorei muito, chorei mesmo..

Uma associação semelhante foi feita também por Dona Delana:

Sou muito agradecida aos Catharino, ao Velho, e a Getúlio Vargas. Eu ainda tenho um retrato de Getúlio, quer ver ? O Velho Catharino era o pai de Plataforma e Getúlio era o 'pai dos pequenos', o 'pai dos pobres'. Naquele tempo, a gente nem tinha que votar. A gente queria Getúlio! Mas acabou, não se encontra mais gente boa eles.

Sem dúvida, não é difícil entender porque tal associação acontece: tanto Getúlio quanto o Comendador Catharino compartilhavam uma atitude paternalista em relação aos trabalhadores. Além disso, Getúlio Vargas tomou o poder em 1930, aproximadamente na mesma época em que o Comendador Catharino tornou-se presidente da Companhia Progresso Industrial, então proprietária da Fábrica São Braz. E o Comendador faleceu em 1944, um ano antes do fim do Estado Novo de Vargas. O que implica dizer que a 'era do Comendador Catharino,' coincide com a do regime autoritarista (e paternalista) de Vargas, quando deu-se a promulgação da C.L.T.

Há de se observar também que a 'era do Comendador Catharino' chegou ao fim precisamente num momento em que, a fim de atender às demandas do mercado mundial durante a Segunda Guerra, intensificava-se a produção nas fábricas têxteis através da extensão da jornada de trabalho, o que acabou por gerar grande descontentamento entre o operariado. Note-se ainda que no final de 1945, quando o movimento sindical ganhou nova força em Salvador, a Companhia Progresso e União Fabril (e, assim, a Fábrica São Braz) já estava sob o comando dos sucessores do Comendador Catharino ('os parentes') os quais, segundo os depoimentos registrados, '*acabaram com tudo que tinha de bom na fábrica*'.

Não é portanto surpreendente que os operários da Fábrica São Braz tenham

aderido às greves decretadas por seus sindicatos naquele período. Tampouco parece estranho o fato de que, ao contrário do que se verificou em relação às lutas das gerações anteriores de trabalhadores, os movimentos grevistas que tiveram lugar em fins dos anos 40, estejam ainda presentes em suas lembranças. Eles estão mais próximos no tempo, de sorte que, mesmo antigos moradores que não trabalharam na fábrica, se lembram que “tinha muitas greves aqui naquele tempo.”

Note-se, porém, que as lembranças dessas greves se mostram não somente vagas e fragmentadas, mas também conflitantes. Por exemplo, enquanto Seu Lauro (um antigo contramestre) afirma que a maior greve de todas aconteceu em 1945, Seu Luiz jura que a ‘grande greve’ teve lugar em 1947. E Seu José, que gosta de ser bem preciso com suas datas, afirma com convicção: *“a maior greve que teve aqui foi a de 48. Eu tenho certeza que foi em 48, porque não foi no tempo de Getúlio, foi no tempo do Dutra.”*

Registram-se, também, afirmativas conflitantes quanto à extensão das greves, ou seja, se foram greves gerais ou parciais. Segundo relata Dona Luciana (uma antiga tecelã), *“quando o povo do comando (de greve) chegava e dizia: ‘Parem as máquinas,’ todo mundo parava.”* Mas Dona Linda lembra que nem todos seguiam essas ordens: *“sempre tinha os puxa-saco, certo? Eles não parava.”* No que concorda Diná (uma antiga fiandeira), ao afirmar que: *“Apesar dos comandos de greve, muita gente aí aproveitava para produzir mais e mais.”*

No entanto, embora os homens entrevistados discordem quanto a data precisa das greves e as mulheres não consigam chegar a uma conclusão no que se refere ao grau de adesão, é entre a memória masculina como um todo, em contraste com a memória feminina, que se verifica a maior discordância. Na verdade, são as mulheres que tendem a se mostrar mais hesitantes ao falarem dos movimentos grevistas do passado, muitas delas recusando-se até mesmo a discutir o assunto em maior profundidade, afirmando pouco saberem ou pouco lembrarem sobre tais eventos. Aliás, nenhuma das antigas operárias entrevistadas conseguiu situar a época em que ocorreram, e muito menos precisar datas, tal qual se aventuraram os homens. Elas se mostraram igualmente hesitantes quanto aos objetivos daqueles movimentos, demonstrando não apenas ignorância sobre o assunto mas, não raro, também pouco interesse em levar a conversa adiante:

“Teve greve sim, o povo saía tudo, mas só era um dia. Eu nunca me meti. Povo lá que fazia” (Dona Adélia).

Não lembro bem ao certo, mas sei que foram várias greves. Acho que era para aumento de salário, melhores condições de trabalho. Os operário gostava de ganhar por semana, mas era muito pouco (Dona Josefa).

Lembro não. Pode ter sido por salário, era tão pequeno (Dona Heloisa).

Não lembro de nada (Dona Alma).

Eu não sei. Eu não me metia nessas coisas não (Dona Adelaide).

Eu só lembro de uma greve. Teve muita pancadaria nos operário que participava (Dona Marlize).

Eu não me lembro. Só lembro deles mandando a gente parar as máquina. Povo aqui diz que era coisa dos comunista, mas eu não sei não (Dona Luciana).

Esses depoimentos divergem bastante dos oferecidos pelos homens: até mesmo Seu José e Seu Lauro, que afirmam terem participado muito pouco das atividades sindicais, deram respostas firmes quanto aos objetivos das greves:

Por que a senhora acha que os operário faz greve ? A gente trabalhava por salário e os patrões sempre tenta pagar o menos que pode. Então a gente tinha que brigar pelo salário, certo ? É sempre assim, é questão de salário, de dinheiro. (Sr.José).

Sabe aqui a gente ganhava por produção. A gente ganhava por quanto produzia. Tinha tarifas pelas cota produzida. A greve era para aumentar a tarifa, prá gente ganhar um pouco mais (Sr.Lauro).

Ao contrário das mulheres, os homens também parecem ter sido menos vulneráveis ao discurso hegemônico que culpava os comunistas como perpetradores da desordem. Ao falar das greves, por exemplo, Seu Francisco (que foi delegado sindical) foi veemente ao negar que os movimentos grevistas fossem controlados pelos comunistas. Nas suas palavras:

Quando eu trabalhava aqui na fábrica, foi declarada uma greve, que eu acho que foi em 45. Essa foi a maior. Todo mundo aqui parou. Se eu não me engano, aqui em Salvador tinha umas nove fábricas, todas nove entraram em greve. (...) Mas eles dizia que era os comunistas, eles falava que era coisa de comunista, mas não era não. Era porque os operário queria aumento, era isso

(Seu Francisco).

Já Seu Luiz, ainda que admitindo a presença de comunistas na liderança do movimento, ressalta que essa presença era bastante reduzida na Fábrica São Braz. Por outro lado, no seu depoimento, Seu Luiz expressa uma postura certamente crítica ao discurso hegemônico:

Eu me lembro de uma greve, mas no caso ali, em parte a polícia tinha razão. Porque naquele tempo não se podia falar de comunistas, o camarada que estava na frente da greve, muito bem, fazia tudo: ‘mais pão para os operário’, tudo bem. Mas quando chega na Justiça do Trabalho, o homem faz um discurso e abre o jogo: ‘Comunista aqui sou eu, eu sou comunista, comunista sou eu!’ Só se via nêgo ir embora; fizeram perversidade com a mulher do homem, coisa horrível! Mas eu sempre fui getulista. A polícia batia mesmo, esse negócio de dizer que era comunista, aí batia mesmo. (...) É tinha um pouquinho de comunista na fábrica, era mais homens, mas eles não foram demitidos com a greve porque o sindicato tomou logo a paternidade e não deixou ninguém sair. Mas o caso dos patrões é o seguinte: quando aparece uma pessoa que conhece os seus direitos, a empresa não gosta disso. A empresa só gosta daqueles coitados que não conhecem os direitos que eles têm, aí deixam ser levados por qualquer um (Seu Luiz).

Outra diferença importante verificada entre as lembranças de homens em contraste à memória feminina, diz respeito às atitudes demonstradas em relação às greves. Com efeito, enquanto os homens tendem a lembrá-las como ações ‘positivas’, que levaram a conquistas para os trabalhadores, as mulheres guardam delas uma memória negativa, tal qual se verifica nos seus depoimentos:

Resultados ? Não teve nenhum resultado não, tudo continuava o mesmo (Dona Marlize).

Eu não sei o resultado não. Eu não me metia nessas coisas. Eu não gosto de violência (Dona Alma).

Acabava tudo na mesma. Os salário não aumentava em nada. Eles faziam greve porque queriam, sabia que não ia resolver nada. Eu que não fazia. Quando tinha greve eu ia trabalhar como em um dia qualquer (Dona Heloísa).

Num dava em nada não. Muita violência, muita gente espancada e nada (Dona Carlinda).

O que ? Num teve resultado não. Os grandão não gostava da gente não, o que eles dizia era lei (Dona Diná).

Gente que faz greve não é boa não. Prá que fazer greve? Não se consegue nada com violência. O que é que os pequenos ganha com isso ? (Dona.Delana).

Note-se que a associação de greves com violência não é incomum na fala das mulheres. Essa associação revelou-se, não apenas nas entrevistas individuais, mas sobretudo, quando a questão das greves era colocada nas conversas entre duas ou mais mulheres, ex-operárias da fábrica. Em uma dessas ocasiões, duas de minhas bolsistas (Ana Cristina e Atília) e eu nos encontrávamos na casa de Dona Nina conversando com ela e com Dona Telma, sua vizinha. Ambas haviam trabalhado na fábrica como fiandeiras e a conversa girava em torno das precárias condições de trabalho no setor de fiação. Perguntei-lhes, então, o que faziam as operárias para tentarem melhorar essas condições, ao que Ana Cristina acrescentou: *“Vocês não reclamavam no sindicato ? O sindicato não fazia nada para ajudar ?”* Colocando as duas mão na cintura, Dona Telma virou-se para nós e exclamou:

O sindicato ? Mas que sindicato ? O sindicato não fazia nada pelas mulheres não, de jeito nenhum. Tinha um bando de comunistas, certo Nina ? Eles é que fazia as greves. Você se lembra daquela Nina, quando choveu polícia aqui em Plataforma?

Ao que Dona Nina imediatamente retrucou:

Claro que eu lembro, num dá prá esquecer. Eles batia em todo mundo: homem, mulher, operário, morador, eles nem queria saber, ia batendo.

Foi então que Dona Telma levantou-se para nos contar a história de Dona Marinalva, acompanhando seu relato com gestos e grunhidos para reconstruir a cena que afirma ter testemunhado. Contou-nos ela, como um policial bateu tanto em Dona Marinalva, na ocasião, grávida de quase seis meses, a ponto dela cair ao chão com o peso do corpo sobre o lado esquerdo, com pé retorcido, o que resultou num braço quebrado e luxação no tornozelo, além de várias escoriações pelo rosto e corpo. Para Dona Telma, entretanto, o mais impressionante é que três meses depois, Dona Marinalva

deu a luz a uma menina que nasceu com o pé esquerdo todo torcido, exatamente do jeito que ficou o pé de Marinalva quando ela caiu! Você acredita ? É, eles operaram o pé dela, da menina, mas até hoje ela anda meio torto. Foi dos espancamentos, sabe, foi por isso.

A bem da verdade, tais imagens da violência perpetrada pela polícia em Plataforma, também fazem parte da memória masculina. Seu José, por exemplo, mencionou várias vezes que a polícia, não satisfeita em espancar uma liderança comunista que morava na área de São João de Plataforma, espancou também a esposa desse líder. Como relatou Seu José:

Ela era professora, uma pessoa que todo mundo aqui gostava muito, ela era boa para todo mundo. Mas a polícia num tava nem aí, bateu nela, machucou muito ela, machucou mesmo.

Note-se que tanto nesse caso quanto no relatado por Dona Telma, as vítimas eram mulheres. Sem dúvida, os homens também eram espancados, com certeza bem mais do que as mulheres. No entanto, o que parece ter ficado registrado na memória social do bairro, são as imagens da violência perpetrada contra as mulheres. Pode-se atribuir tal fato, às ideologias de gênero prevalentes no Brasil e associadas à dicotomia ‘casa/rua’, através das quais se define a ‘casa’ – a esfera do ‘privado’, da família, da ordem e da proteção - como do domínio feminino, ao passo que ao domínio masculino cabe a ‘rua’ – a esfera pública e também espaço da violência, da desordem (DA MATA, 1985).¹⁷ Dentro dessa lógica, os homens estariam mais expostos e, destarte, mais acostumados `a violência, enquanto o espancamento de mulheres, principalmente de uma mulher grávida, seria algo chocante, não fácil de ser esquecido.

A mesma lógica justifica a não participação, ou uma participação menos atuante, das mulheres nos movimentos grevistas. De fato, nessa perspectiva, não seria apropriado para as mulheres se verem no meio da ‘confusão’; como ressalta Dona Heloísa: “*Eu não me metia nisso, eu ficava longe da confusão.*” Da mesma forma, Dona Carlinda sente-se justificada ao afirmar: “*Quando tinha greve, eu parava a máquina e ia prá casa. Eu ficava em casa até acabar a greve*”.

Muitas vezes, tal comportamento não partia necessariamente das mulheres, mas era algo imposto pelos homens da família. Tal como nos revelou Dona Telma:

Durante as greves, meu pai não me deixava por o pé for a de casa. Ele me ameaçava dizendo que ia na fábrica falar pro gerente que eu tava como o povo

¹⁷ Para uma discussão da divisão sexual desses espaços de atuação no contexto do cotidiano de Plataforma, ver SARDENBERG 1997a.

que fazia as greves. "Eu vou fazer você perder esse emprego", ele me dizia.

Ao que tudo indica, porém, tais ameaças não parecem ter sempre alcançado o efeito desejado; caso contrário, como poderia Dona Telma ter testemunhado o espancamento de Dona Marinalva? E o que pensar da presença da própria Dona Marinalva entre os piqueteiros? Por certo, é válido perguntar: as mulheres não participavam de fato desses movimentos ou quem sabe, preferiram apagá-los da memória? Ou talvez será que julgam não ser apropriado falar que estavam, de fato, no meio da 'confusão'? Convém lembrar que embora elas neguem uma participação direta, é claro que ao pararem suas máquinas (como a maioria afirma ter assim procedido), elas aderiram às greves, mesmo que contra a sua vontade. Aliás, o sucesso desses movimentos dependia fundamentalmente na adesão das mulheres: elas representavam a grande maioria dos operários diretamente envolvidos nas linhas de produção. Destarte, qualquer tentativa de greve seria malograda sem a mobilização das mulheres. Elas afirmam, entretanto, que embora cumprissem as palavras de ordem do sindicato no tocante à parede, iam para casa porque tinham "*mais o que fazer em casa..*"

De qualquer maneira, ou seja, participando ou não dessas ações coletivas, as mulheres, ao contrário dos homens entrevistados, sempre se servem do pronome 'eles' —nunca 'nós'—quando falam dos movimentos grevistas. Elas dizem: 'eles fizeram uma greve', 'eles fizeram isso', 'eles fizeram aquilo', mas nunca 'nós decretamos uma greve' (ou 'nós' isso ou aquilo), se disasociando, assim, de qualquer atuação mais direta nesses movimentos. Por certo, as mulheres não estão equivocadas ao se manterem distantes: elas eram de fato marginalizadas nesse processo. Não custa lembrar que nesse período, o processo decisório relativo aos movimentos grevistas concentrava-se na liderança dos sindicatos. E estes, vale ressaltar, eram quase que exclusivamente do domínio masculino. Tal como bem esclarece Dona Carlinda: "*Os sindicatos era dos homens, não era das mulheres.*"

Ressalte-se que de acordo com a legislação então em vigor, a filiação aos sindicatos, ainda que proibida para menores de idade, deveria estar aberta tanto para mulheres quanto para homens. No entanto, na prática, os caminhos de recrutamento das mulheres para os sindicatos permaneciam inexistentes, ou tão bloqueados quanto no

início do século.¹⁸ No particular, a ideologia de gênero patriarcal agia de forma a marginalizar às mulheres em relação à proteção e poder dos sindicatos.

Note-se que as próprias mulheres interiorizavam tal ideologia ao se autodefinirem primordialmente não como operárias mas como donas de casa e mães e, assim, a tomarem as questões relativas ao mundo do trabalho e, sobretudo às sindicais, como não prioritárias. Segundo afirmou Dona Luciana: "*Eu tinha muito que fazer em casa, eu não tinha tempo prá esse negócio de sindicato.*" Por outro lado, mesmo quando admitindo um interesse nas questões sindicais e dispondo do tempo necessário para delas tratar, as mulheres viam-se impedidas de participar mais diretamente em virtude das atitudes machistas então vigentes.

Com efeito, tal como observado no início do século (HAHNER 1986), a noção de que só mulheres de má reputação atuavam na vida sindical, afastava as operárias dos sindicatos, não sendo portanto surpreendente o fato das antigas operárias entrevistadas negarem qualquer interesse em deles participar mais ativamente. Até mesmo Dona Lúcia, casada até hoje com um antigo delegado sindical, assim declarou: "*Eu nunca me interessei por essas coisas.*" Poucas, aliás, mostraram qualquer conhecimento sobre os objetivos dos sindicatos ou do tipo de apoio que estes poderiam oferecer aos operários. Como se depreende dos seguintes comentários:

Eu não sei nada sobre os sindicatos. Nunca me envolvi com eles (D.Josefa).

Eu não gostava do sindicato não, era 'pura besteira'. Eles só queria o dinheiro da gente (D.Diná).

Eu não sei nada sobre isso não. Nunca participei disso (D.Heloísa).

Eu nunca ouvi nada sobre sindicato. Nunca precisei disso, nunca andei ! Acho que tinha lá um escritório atrás da fábrica, não me lembro bem (D.Alma).

Eu não sei de nada não. Nunca precisei de sindicato (D.Adelaide).

Eu não sei nada. Os sindicato era pros homens, não era prá mulher (D.Zenaide).

¹⁸ Vejam-se, por exemplo, PENA 1981, RAGO 1985 e HAHNER 1986.

Conclusão: O Gênero da Memória

Historiadores têm geralmente enfatizado que na historiografia, memórias individuais, fundamentais à história oral, devem ser sempre utilizadas com muita cautela. É que embora as memórias individuais tenham sempre um caráter social, elas representam apenas ‘um ponto de vista das memórias coletivas’ (HALBWACHS, 1950), revelando-se como configurações individuais do entrecruzar das diferentes lembranças, “emoções e imagens que constituem a memória coletiva” (ALBUQUERQUE, Jr., 1994, p.45). Ademais, tais configurações são sempre construídas a partir da posição social que indivíduos ocupam numa determinada estrutura, sendo portanto mediadas por relações sociais que nunca permanecem fixas e sim sujeitas a mudanças (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Mais importante, memórias individuais são sempre o resultado de um processo criativo - da construção das experiências em termos de circunstâncias do presente (HALBWACHS, 1950, FENTRESS; WICKHAM, 1992). O que significa dizer, como se afirmou no início, que tanto a memória individual, quanto a memória social, não podem ser tomadas acriticamente..

Sem dúvida, a mesma cautela aplica-se à etnografia voltada para a memória social. Se, por um lado, memórias de indivíduos são matéria prima para o estudo da memória social, por outro, esta última não se caracteriza como a simples somatória das primeiras. Ao contrário, a memória social deve ser entendida como um campo discursivo –um campo de força--, no qual as memórias individuais se configuram, se embatem, se reconstróem e se transformam (ALBUQUERQUE, Jr., 1994, p.46). Por isso mesmo, a memória social não é algo homogêneo, tampouco pode ser abordada como um objeto fixo no tempo. Como um campo discursivo, a memória social é uma arena para o confronto de versões, não raro conflitantes, todas elas situadas no tempo e espaço sociais e, assim, necessariamente parciais, nenhuma dessas versões estando obrigatoriamente mais próxima da ‘verdade dos fatos’.

Para a antropologia, entretanto, isso não representa um problema metodológico. Muito ao contrário, na antropologia tem-se não apenas por suposto a seletividade e possíveis distorções como próprias à memória social mas, o que é mais importante, interessa-nos justamente essa ‘seletividade’, as ‘distorções’ e, sobretudo, as diferentes versões resultantes das diferentes ‘imaginações históricas’ (COMAROFF;

COMAROFF, 1994), como objetos de reflexão e análise. Nesse sentido, não importa qual versão esteja mais perto da ‘verdade dos fatos’, e sim quem as produz, quando e em quais circunstâncias (PISCITELLI, 1993).

Neste trabalho, minha atenção recaiu nos recortes de gênero como fatores determinantes na produção de experiências distintas entre o antigo operariado baiano e, assim, na configuração de memórias distintas no que tange a ex-operários e ex-operárias têxteis. Mais especificamente, procurei demonstrar como a memória social de Plataforma no que tange aos movimentos grevistas no passado, revela-se como um campo discursivo no qual competem a versão feminina e a masculina dessas lutas.

Vale enfatizar que divergências significativas entre depoimentos de mulheres em contraste com os dos homens, têm sido verificadas em vários estudos sobre a memória social do operariado e não apenas em relação a memória de lutas. Estudos conduzidos entre operários em Turin, Itália, por exemplo, revelaram diferenças bastante significativas nas lembranças de homens e mulheres sobre o trabalho na fábrica. Os homens enfatizaram seu orgulho nas suas habilidades e expressaram entusiasmo quanto ao processo criativo do trabalho; já as mulheres, valendo-se da ironia, lembraram da falta de autonomia imposta pelo regime fabril (PASSERINI apud FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.:143).

Resultados ainda mais significativos sobre o ‘gênero da memória’ foram obtidos por Isabelle Bertaux-Wiame (1982) em Paris. Entrevistando casais e coletando suas histórias de vida, Bertaux-Wiame observou que as mulheres eram muito mais precisas que seus maridos no tocante às datas relevantes na história de suas famílias; elas acabavam tendo que ajudá-los a se lembrarem dessas datas. Notou também que nas suas narrativas, os homens geralmente empregavam o pronome ‘*je*’ (eu), apresentando suas histórias de vida como uma cadeia de atos auto-conscientes, e, assim, ‘se’ representando sempre como ‘sujeitos.’ Ao escutá-los falar, suas mulheres iam preenchendo as ‘entrelinhas’, contextualizando esses ‘sujeitos’ em redes de relações sociais. Essa orientação das mulheres para as relações familiares, foi também evidenciada nas narrativas femininas. Ao relatarem suas próprias histórias de vida, as mulheres não usavam o pronome ‘*je*’ e sim ‘*nous*’ (nós) ou ‘*on*’ e, ao invés de destacar eventos e/ou realizações em suas vidas, privilegiavam relacionamentos e situações

vividas. Ademais, ao contrário dos homens, as mulheres não empregavam o verbo no passado perfeito e sim no ‘imperfeito’, o que contribuía para que suas narrativas fossem bem menos lineares que as deles.

Essas observações de Bertaux-Wiame, encontram eco nas palavras de Michelle Perrot:

“...o mutismo dos homens, em um casal, ao tratar-se das recordações da infância ou da vida privada, contrasta com a loquacidade muito maior das mulheres; ou o trabalho e atração exterior terão atrofiado a memória masculina sobre essas questões, ou ainda que falar de si mesmo seja contrário à honra viril que considera essas coisas negligenciáveis, abandonando às esposas o lugar junto ao berço e as questões relativas a casa. Essa concepção de uma indecência do privado é particularmente forte na classe operária, toda voltada para a realização do homem de mármore da consciência de classe. (...) Os militantes operários, notadamente aqueles que são ligados ao CGT e ao PC, têm horror de falar de suas existências pessoais e limitam-se às suas vidas militante e sindical. Sobre a família e o cotidiano, que se pergunte às mulheres! Esse aspecto das coisas lhes cabe” (1989:16-17).

Nada disso, porém, é surpreendente. Tampouco se aplica especificamente apenas ao que tange à memória social do operariado. De fato, sabe-se que, de um modo geral, a divisão sexual do trabalho (seja na família quanto na sociedade como um todo) e as ideologias de gênero dominantes quanto às atividades, espaços de atuação e comportamentos próprios destinados às mulheres em contraste aos dos homens, engendram *experiências distintas* a partir das quais se constroem *memórias distintas*. Conforme bem apontam Fentress e Wickham (1992:141):

Women’s life stories give less, or different, space to ‘public’ history than men’s do, for the simple reason that women were less involved in it, or involved in ways that created different sorts of perspectives.

Por outro lado, segundo ressalta Michelle Perrot (1989:09), “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.” Com efeito, a história tradicional, ao privilegiar a ‘cena pública’ e, assim, a ‘cena’ na qual a presença feminina foi historicamente marginalizada por força das ideologias de gênero, pouco revelou sobre as mulheres e suas memórias. Isso não tem sido diferente no que tange ao estudo da memória social do operariado, sobretudo no Brasil. Concentrando-se, marcadamente, na memória sindical e, portanto, na memória de grupos nos quais as mulheres sempre

tiveram pouca atuação, principalmente nas lideranças - quando não excluídas dos sindicatos como um todo (HAHNER, 1986; PENA, 1983) - a memória social do operariado brasileiro tem sido registrada quase que exclusivamente no masculino.¹⁹ O que implica dizer que vem-se traduzido num registro incompleto, senão distorcido.²⁰ Pois não se trata apenas de preencher as lacunas existentes, adicionando a memória das mulheres num capítulo à parte (SCOTT, 1988). Trata-se de reconstruir a história desse operariado a partir de uma perspectiva de gênero, que possa dar conta das ‘diversidades/identidades coletivas’ (KOWARICK, 1988) engendradas pelas experiências operárias distintas de homens e mulheres, e cujas raízes se forjam nas práticas socioculturais prevalentes (SCOTT, 1988).

Viu-se aqui que no caso de Plataforma - e poder-se-ia dizer o mesmo da indústria têxtil baiana tradicional como um todo - essa perspectiva torna-se fundamental, vez que a presença da força de trabalho feminina era consideravelmente superior à masculina, ao passo que, na extensão do que foi possível verificar, as lideranças e bases sindicais, deflagadoras dos movimentos grevistas, eram constituídas, majoritariamente, por homens (SARDENBERG, 1997 a; 1997 b). No caso de Plataforma, isso contribuiu para a marginalização das mulheres nesses movimentos, o que certamente explica as divergências verificadas entre a memória social feminina e a masculina no tocante a essas lutas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de, 1994. “Violar memórias e gestar história”. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE, No. 15, pp.:39-52.

ARONOWITZ, Stanley, 1992. *The Politics of Identity*. New York, Routledge.

¹⁹ Felizmente, há exceções. Consulte-se, por exemplo, BOSI (1973), CECF/CMS (1985), GOMES et alii (1988), SOUZA-LOBO (1991). Veja-se, também, PISCITELLI 1993.

²⁰ Veja-se a discussão de Ellen F. WOORTMANN (1992) sobre semelhantes distorções nos estudos de comunidades ‘pesqueiras’, resultantes da tendência a se privilegiar os atores sociais masculinos.

AZEVEDO, Thales de & LINS, E. Q. Vieira, 1969. *História do Banco da Bahia 1858-1958*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

BARTLETT, F. C., 1932. *Remembering*. Cambridge, Harvard University Press.

BEIDELMAN, T. O , 1970. "Myth, legend, and oral history." *Anthropos*, vol. LXV, 74-97.

BERTAUX, Daniel, 1981. "From the life history approach to the transformation of sociological practice." *Biography and Society - The Life History Approach in the Social Science*, Beverly Hills, Sage.

BERTAUX-WIAME, Isabelle, 1982. "The life history approach to the study of internal migration." In: P. Thompson (ed.), *Our Common History*, London, pp.186-200.

BEVILAQUA, Samira, 1992. *A Mulher na Indústria Baiana: Um Estudo sobre Tecelãs*. Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Salvador, FFCH/UFBA.

BLAY, Eva Alterman, 1985. *Eu não tenho onde morar*, São Paulo, Nobel.

_____, 1980. "Dormitórios e vilas operárias: O trabalhador no espaço urbano brasileiro". In: L. Valladares (org.), *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

BOSI, Eclea, 1973. *Memória e Sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo, T. A Queiroz/EDUSP.

BOZON, M. & THIESSE, A . M., 1986. "The collapse of memory: the case of farm workers (French Vexin, pay de France)," *History and Anthropology*, vol. II, part 2, pp.:237-59.

CANO, Wilson, 1977. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.

CARONE, Edgard, 1979. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel.

CLIFFORD, James & MARCUS, George (eds.), 1986. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press.

CECF/CMS, 1985. *Mulheres Operárias*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina, Centro de Memória Sindical.

COMAROFF, John & COMAROFF, Jean, 1992. *Ethnography and the Historical Imagination*. Boulder, Colorado, Westview Press.

CONNERTON, P., 1989. *How Societies Remember*. Cambridge, Cambridge University Press.

CASTRO, Mary Garcia, 1992. "Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos." *Revista Estudos Feministas*, Vol. 0, no.0, pp.:57-73.

DEAN, Warren, 1969. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin, The University of Texas Press.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representações sobre a velhice. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, 1988, Olinda. *Anais...* v. 1. ABEP: Olinda, 1988. p. 537-556.

DEBOUZY, M., 1986. "In search of working-class memory: some questions and a tentative assessment." *History and Anthropology*, vol.II, part 2, pp.:261-282.

FARIA, Vilmar, 1980. "Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador." In: G. A. Alves de Souza & V. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.

FAUSTO, Boris, 1983. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo, Difel.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, 1992. *Social Memory*. Cambridge, Blackwell.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito, 1994. *Salvador das Mulheres. Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação apresentada ao Mestrado de História, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

FONTES, José Raymundo, 1982. *Manifestações Operárias na Bahia. O Movimento Grevista (1888-1930)*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

FRANCO, Tania, 1983. *O Processo de Trabalho na Indústria Têxtil: Um Estudo de Caso*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

FRISCH, M., 1972. "Oral history and Hard Times", *Red Buffalo*, Vols II-III, pp.:217-231.

GOMES, Angela de Castro (org.), 1988. *Velhos Militantes. Depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

GUIMARÃES, Iracema Brandão & CASTRO, Nadya, 1987. "O Que Que a Baiana Faz?", *Caderno CRH*, no.5, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA.

HAHNER, June, 1986. *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920*, Albuquerque, The University of New Mexico Press.

HALBWACHS, Maurice, 1950. *La Mémoire collective*. Paris, PUF.

_____, 1925. *Les Cadres Sociaux de la mémoire*. Paris, PUF.

HALL, Jacquelyn Dowd et alii, 1987. *Like a Family: The Making of a Southern Cotton Mill World*, New York, W. W. Norton & Company.

HASTRUP, Kirsten & HERVIK, Peter (eds.), 1994. *Social Experience and Anthropological Knowledge*, London, Routledge.

HOBSBAWN, Eric J., 1972. "The social function of the past: some questions," *Past and Present*, vol. LV (1972), 3-17.

HOBSBAWN, Eric J. & RANGER, T. (eds), 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge, Cambridge University Press.

KOWARICK, Lucio, 1988. "As Lutas Sociais e a Cidade: impasses e desafios." In: L. Kowarick (ed.), *As Lutas Sociais e a Cidade*, São Paulo, Paz e Terra.

LEITE LOPES, José Sérgio, 1988. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo, Marco Zero.

LINS de BARROS, Myriam Moraes, 1981. "Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". In: B. Franchetto et alii (orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

LONG, Priscilla, 1985. "The Women of the Colorado Fuel and Iron Strike." In: R. Milkman (ed.), *Women, Work & Protest*, London, Routledge, pp.:62-85.

MANTOUX, Paul, 1961 (1928). *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*. New York, Harper & Row Publishers.

MARONI, Amnéris, 1982. *A Estratégia da Recusa*, São Paulo, Brasiliense.

MARCUS, George E. & FISCHER, Michael M. J. (eds.), 1986. *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago, The University of Chicago Press.

NASH, June, 1979. *We Eat the Mines and Mines Eat Us*, New York, Columbia University Press.

OLIVEIRA, Francisco de, 1987. *O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe*, São Paulo, Brasiliense.

OLIVEIRA, Waldir Freitas, 1985. *A Industrial Cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, no.111.

PARR, Joy, 1990. *The Gender of Breadwinners. Women, Men, and Change in Two Industrial Towns, 1880-1950*, Toronto, University of Toronto Press.

PEREIRA, Vera, 1979. *O Coração da Fábrica*, Rio de Janeiro, Campus.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura (org.), 1983. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU (Col. Textos no.4).

PERROT, Michelle, 1989. "Práticas da Memória Feminina". *Revista Brasileira de História*, V.9 no.18, pp.09-18.

PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael M., 1981. *A Classe Operária no Brasil*. 2 Vols., São Paulo, Brasiliense.

PISCITELLI, Adriana G., 1993. "Tradição oral, memória e gênero: Um comentário metodológico". *Cadernos Pagu*, no. 1, pp.149-172.

RAGO, Margaret, 1985. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ROSEBERRY, William, 1989. *Anthropologies and Histories*. New Brunswick: Rutgers University Press.

SAFFIOTI, Heleieth, 1992. "Rearticulando Gênero e Classe." In: A . Costa & C. Bruschini, *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

SAHLINS, Marshall, (1985), 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SAMPAIO, José L. Pamponet, 1975. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira. A Companhia Empório Industrial do Norte -1891-1973*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

SARDENBERG, Cecilia M. B., 1997. *In the Backyard of the Factory; gender, class, power and community in Bahia, Brazil*, Ann Arbor, Michigan, UMI Dissertation Services.

_____, 1996a. "O Bloco do Bacalhau: ritualized protest among women textile workers in Bahia, Brazil." Trabalho apresentado ao 95th Annual Meeting, American Anthropological Association, 21-24 de novembro, San Francisco, California.

_____, 1996b. "In the name of the family: women going public in neighborhood movements in Bahia, Brazil." Trabalho inédito.

SARTI, Ingrid, 1981. *Porto Vermelho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SCOTT, Joan, 1988. *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press.

SITTON, T., MEHAFFY, G. L., & DAVIS, O L., Jr., 1983. *Oral History: A Guide for Teachers*. Austin: University of Texas Press.

SOUZA-LOBO, Elizabeth, 1991. *A Classe Operária tem Dois Sexos*, São Paulo, Brasiliense.

STEIN, Stanley, 1957. *The Brazilian Cotton Manufacture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

TAVARES, Luis Henrique Dias, 1965. *O Problema da Involução Industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

THOMPSON, Paul, 1978. *Voices of the Past. Oral History*. Oxford: Oxford University Press.

TONKIN, E., 1991. *Narrating our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge: Cambridge University Press.

VASQUEZ, Petilda, 1988. Intervalo Democrático e Sindicalismo: Bahia 1942-1947. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

VON SIMSON, Olga Moraes (org.), 1988. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice.

WILLIAMS, Raymond, (1973) 1989. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

WOORTMANN, Ellen F., 1992. *Latin American Studies*, No.12, pp.:31-53.